

CONTRATO N° 04/2023

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **REALPLANE TERCEIRIZAÇÃO & ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.920.774/0001-43, com sede na Rua Cesar Maia nº 223, CEP: 96600-000, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Natan do Nascimento Rodrigues, brasileiro, portador do CPF: 447.799.118.50, RG: 40.882.463-3, residente e domiciliado na cidade de Captólio/MG, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato visa contratação de empresa especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho para elaboração de programa de gerenciamento de riscos ocupacionais (PGR/GRO) e laudos técnicos de condições ambientais do trabalho (LTCAT) bem como a elaboração do programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO), conforme edital de Pregão Eletrônico 150/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O preço total do objeto do presente contrato é de R\$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais)

[illegible]

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e LIP - Laudo de Insalubridade e de Periculosidade:

3.1.1 Levantamento e elaboração do LTCAT e LIP, relativamente aos cerca de 1372 (hum mil trezentos e setenta e dois) servidores ativos desta municipalidade, desta Prefeitura do Município de Canguçu, de forma a caracterizar as atividades como insalubres e/ou perigosas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física devendo ser elaborado de acordo com a legislação pertinente do objeto deste serviço, devendo conter:

- a) A identificação do fator de risco: Riscos Físicos: ruídos, vibrações, radiações, frio, calor, umidade, pressões anormais. - Riscos Químicos: poeiras, gases, vapores, fumos, neblinas e névoas. - Riscos Biológicos: vírus, bactérias, fungos, parasitas, protozoários e bacilos.



- b) A determinação e localização das possíveis fontes geradoras;
- c) A identificação das possíveis trajetórias e dos meios de propagação dos agentes no ambiente de trabalho;
- d) A identificação das funções e determinação do número de trabalhadores expostos;
- e) A caracterização das atividades e do tipo da exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos, bem como, aos agentes perigosos;
- f) A obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrente do trabalho;
- g) Os possíveis danos à saúde, relacionados aos riscos identificados, disponíveis na literatura técnica;
- h) A descrição das medidas de controle já existentes e a serem implantadas.
- i) A caracterização das atividades como insalubres e/ou perigosas, determinando os graus (10%, 20%, 40%) para as atividades insalubres e 30% para as atividades perigosas, conforme Estatuto do Servidor Público do Município de Canguçu, por cargo, função exercida e local de trabalho e enquadramento com relação a aposentadoria especial, para efeito do pagamento e preenchimento do PPP.
- j) Descrição das avaliações qualitativas e quantitativas com os métodos, análise e resultados das medições.
- k) O LTCAT deverá conter ainda, os detalhamentos das análises dos Riscos físicos, químicos e biológicos.

3.2 PGR: (Programa de Gerenciamento de Riscos/ GRO (Gerenciamento de Risco Ocupacional)

3.2.1 A Contratada deverá elaborar todo o Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGRO) da Prefeitura do Município de Canguçu em atendimento à NR-1 e demais atos legais e normativos vigentes, no qual são identificados os perigos e avaliados os riscos ocupacionais, tendo como base as normas e metodologias aceitas nacionalmente.

3.2.2 Abrangência: Os serviços do escopo do PGRO deverá abranger todos os SETORES da Prefeitura do Município de Canguçu, classificando os riscos por setor e atividade e respectivas avaliações qualitativas ou quantitativas de acordo com as necessidades.

3.2.3 A CONTRATADA deverá planejar a execução dos trabalhos de acordo com as normas legislativas vigentes em Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, para a elaboração do PGR/GRO e LTCAT.

3.2.4 Inventário dos riscos

3.2.4.1 A CONTRATADA deverá realizar o inventário dos riscos ocupacionais contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;
- d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17;
- e) avaliação dos riscos incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e
- f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão

3.2.5 Quanto as avaliações dos riscos ambientais;

3.2.5.1 Após a realização do inventário dos riscos a Contratada deverá proceder com as avaliações ambientais, as quais deverão ser realizadas em campo de acordo com a NR-9 e com a NHO correspondente ao agente de risco.

3.2.5.2 O número de amostragens para as avaliações ambientais quantitativas e a seleção dos empregados devem ser representativos quanto aos riscos que o GHE (Grupo Homogêneo de Exposição) está exposto.

3.2.5.3 As avaliações ambientais do PGRO devem ser as mesmas utilizadas no LTCAT.

3.2.5.4 A CONTRATADA deverá elaborar relatórios de campo para cada avaliação ambiental realizada, os quais devem ser encaminhados por meio de arquivo digital por e-mail à Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, contendo os seguintes itens:

- a) nomes dos amostrados;
- b) caracterização das condições ambientais;
- c) jornada de trabalho (início e fim da amostragem);
- d) nome do técnico da Contratada;
- e) nome do representante da Contratada;
- f) agentes amostrados,
- g) metodologia aplicada;
- h) instrumentação utilizada na avaliação, indicando marca, modelo e nº de série e certificados de calibração;
- i) Histograma

3.2.5.5 Além disso, os relatórios de campo devem estar assinados pelo gestor da unidade, pelo funcionário amostrado e pelo representante da Contratada que fez as medições de campo.

3.2.6 Elaboração do Plano de Ação

3.2.6.1 O plano de ação vislumbra a melhoria contínua das questões de segurança e saúde na unidade.

3.2.6.2 O plano de ação deve ser elaborado pela CONTRATADA juntamente ao gestor da unidade avaliada, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas.

3.2.6.3 Deve contemplar um cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados e responsáveis.

3.2.6.4 Concluída a avaliação ambiental, detectando-se situação de medição acima do nível de ação (NA) do agente avaliado, a CONTRATADA deve discutir com a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, antes da finalização do PGRO, no intuito de subsidiar possíveis medidas de controle.

3.2.6.5 Nos casos de medições com resultados duvidosos gerados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a realização de uma nova avaliação ambiental sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.2.6.6 O PGRO deve ser composto, no mínimo, pelos seguintes itens:

- a) Identificação da unidade;
- b) Identificação da equipe de elaboração e responsável técnico;
- c) Objetivo;
- d) Referências bibliográficas;
- e) Metodologias aplicadas e descrição dos equipamentos utilizados;
- f) Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- g) Caracterização das atividades por função;
- h) Inventário de riscos levantados, qualitativamente e quantitativamente;
- i) Tabelas de resultados das avaliações de riscos quantitativas;
- j) Análise crítica dos resultados obtidos;
- k) Descrição de medidas de prevenção existentes;
- l) Plano de Ação de Gerenciamento dos Riscos;
- m) Anexo com os certificados de calibração dos equipamentos utilizados;
- n) Anexo com os laudos laboratoriais adotados para a caracterização dos riscos e histograma minuto a minuto das audiodosimetrias;
- o) Anexo com os relatórios de campo;
- p) Anexo com a ART original devidamente assinada pelas partes.

3.3 PPP:

3.3.1 Realizar o preenchimento do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário de todos os servidores do Município;

3.4 PCMSO:

3.4.1 Elaboração, implantação, acompanhamento, controle e orientação quanto ao “Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional”, relativamente aos cerca de 1372 (hum mil trezentos e setenta e dois) servidores ativos desta Prefeitura do Município de Canguçu, nos termos da NR-07, do Ministério do Trabalho e Emprego, contemplando:

- a) Determinação de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares, visando a emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, nos termos da norma regulamentadora nº 07;
- b) Avaliação de riscos com relação a danos à saúde dos empregados, com base no PGRO, com fornecimento de orientações para a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após a implantação;
- c) Definição de regras de acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos empregados.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.5 A proponente vencedora deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data da assinatura do contrato.

3.6 Os serviços deverão ser executados mediante levantamento nas dependências da Prefeitura Municipal de Canguçu/RS e em todos os órgãos de governo onde houver trabalhadores estatutários e CLT vinculados ao município, conforme as especificações e de acordo com as normas e instruções normativas vigentes, em especial NR-1 NR-7. NR-9. NR-15. NR-16.

3.7 Os laudos objetos da licitação deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após a assinatura do contrato. Havendo prorrogação da vigência do contrato, a entrega deve ocorrer anualmente, 30 (trinta) dias após a solicitação.

3.8 No caso do item 2, o serviço será iniciado somente a partir de solicitação formal do Município, no prazo de 10 dias, sendo que a CONTRATADA deverá observar os prazos previstos na legislação para elaboração e envio dos arquivos.

3.9 Para o item 3, o serviço deverá ser executado e o atestado entregue no prazo de até 07 dias a contar da solicitação formal.

3.10 Caberá à licitante vencedora providenciar a imediata correção de eventuais deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

3.11 A proposta deverá abranger todos os custos dos serviços e lucratividades, não sendo admitida qualquer cobrança adicional.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento relativo ao item 1 será realizado em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos laudos e PPP's, objetos da licitação, mediante aceite do município, seguido pela entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não sendo aceita a emissão de boleto para o pagamento.

4.2 Relativamente ao item 2 o pagamento será até décimo dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, emitindo-se nota fiscal mensal dos serviços efetuados;

4.3 Em relação ao item 3 o pagamento será até décimo dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, cujo valor será calculado com base no número de atestados emitidos no mês de referência;

4.4 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.

4.5 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

4.6 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.7 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.8 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

4.9 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do **MUNICÍPIO**:

a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos:

b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

a) Prestar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avançadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;

b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços a serem prestados, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canquçu;

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO

6.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2 Caso o serviço a ser prestado não corresponda ao exigido no instrumento convocatório (edital e Anexos), a licitante vencedora deverá providenciar imediatamente a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

11.1.1 Recurso livre.

ÓRGÃO	FICHA	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
Secretaria Municipal de Administração	1376	2345	3.3.90.39.05.0000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Gustavo Silveira da Silva (CARGO - Técnico em Segurança do Trabalho – matrícula 50449-1)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

13.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 13 de Janeiro de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
CONTRATANTE

REALPLANE TERCEIRIZAÇÃO & ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 072F-FDC8-FD54-2E00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NATAN DO NASCIMENTO RODRIGUES (CPF 447.XXX.XXX-50) em 24/01/2023 13:24:06 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/072F-FDC8-FD54-2E00>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 83AA-5026-A401-26A1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 24/01/2023 16:08:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 24/01/2023 16:56:48
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/83AA-5026-A401-26A1>